

Banco Randon S.A.

Demonstrações financeiras
consolidadas do
conglomerado prudencial
de 31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor
Independente

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.....	1
Demonstrações financeiras consolidadas auditadas	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto.....	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.....	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Aos
Acionistas e ao Conselho de Administração do
Banco Randon S.A.
Caxias do Sul - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Randon S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na Nota Explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Randon S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial". Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela diretoria do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações do Resultado Abrangente (DRA)

As demonstrações do resultado abrangente (DRA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria do Banco, e apresentadas como informação suplementar às disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 4.818 do Conselho Monetário Nacional e na Resolução nº 2 do Banco Central do Brasil. Em nossa opinião, essas demonstrações do resultado abrangente foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessas resoluções e são consistentes em relação às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras individuais

O Banco Randon S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 15 de fevereiro de 2022.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

A diretoria do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a diretoria determinou como necessário para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Banco para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Banco e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 25 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-7



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

Balanço patrimonial

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Disponibilidades	5	421	10.314
Instrumentos financeiros		1.454.271	867.920
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	35.903	2.299
Títulos e valores mobiliários	6	49.602	33.070
Operações de crédito	7.a	1.205.325	824.640
Outros créditos	7.a	163.441	7.911
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.b	(13.357)	(11.124)
Operações de crédito		(12.358)	(11.085)
Outros créditos		(999)	(39)
Ativos fiscais		26.853	22.090
Correntes		609	186
Diferidos	20.b	26.244	21.904
Outros ativos	8	86.412	94.704
Recursos pendentes de recebimento		56.459	58.031
Pagamentos a ressarcir		16.645	14.956
Rendas a receber		312	-
Créditos diversos		4.274	4.539
Outros valores e bens		8.722	17.178
Investimentos		11	10
Imobilizado de uso	9	2.604	2.687
Imobilizações de uso		4.443	4.543
(Depreciação acumulada)		(1.839)	(1.856)
Intangível	9	7.212	3.134
Ativos intangíveis		13.132	8.330
(Amortização acumulada)		(5.920)	(5.196)
Total do ativo		1.564.427	989.735

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo e patrimônio líquido			
Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.188.800	653.979
Depósitos	10	712.424	214.787
Depósitos interfinanceiros		460.073	119.032
Depósitos a prazo		252.351	95.755
Obrigações por emissão de letras financeiras	11	-	25.908
Obrigações por empréstimos e repasses	12	476.376	353.280
Dívida subordinada	13	-	60.004
Provisões	14	1.034	958
Obrigações fiscais correntes e diferidas	15	9.003	6.999
Outros passivos	16	119.250	116.922
Fornecedores		3.405	6.969
Salários e encargos		4.402	3.407
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.218	7
Fiscais e previdenciárias		5.007	4.138
Sociais e estatutárias		8.686	14.123
Recursos pendentes de recebimento (grupos encerrados)		56.459	58.031
Recursos não procurados		16.241	11.580
Outras obrigações diversas		23.832	18.667
Resultado de exercícios futuros	17	5.762	2.091
Patrimônio líquido	18	240.578	208.786
Capital social		185.000	135.000
Reservas de lucros		22.005	15.002
Ajustes de avaliação patrimonial		42	41
Participação de não controladores		33.531	58.743
Total do passivo e patrimônio líquido		1.564.427	989.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações/quotas)

	Nota	31/12/2021 2º Semestre	31/12/2021 Exercício	31/12/2020 Exercício
Receitas da intermediação financeira		59.917	100.451	63.995
Operações de crédito	19	58.263	98.128	62.399
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.654	2.323	1.596
Despesas da intermediação financeira		(37.031)	(56.503)	(33.022)
Operações de captação no mercado		(14.486)	(19.897)	(8.515)
Operações de empréstimos e repasses		(19.371)	(33.469)	(20.055)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e de outros créditos		(3.174)	(3.137)	(4.452)
Resultado bruto da intermediação financeira		22.886	43.948	30.973
Outras receitas/despesas operacionais		8.494	32.183	32.580
Receitas de prestação de serviços	21	114.556	223.877	181.717
Rendas de tarifas bancárias		1.303	2.637	2.623
Despesas de pessoal	22	(16.625)	(32.132)	(26.282)
Outras despesas administrativas	23	(82.653)	(142.479)	(102.572)
Despesas tributárias		(14.548)	(28.117)	(22.659)
Outras receitas operacionais	24	8.856	14.294	8.416
Outras despesas operacionais	24	(2.395)	(5.897)	(8.663)
Resultado antes dos tributos		31.380	76.131	63.553
Tributos sobre o lucro	20.a	(12.111)	(28.306)	(22.268)
Provisão para imposto de renda		(10.728)	(21.325)	(18.655)
Provisão para contribuição social		(6.360)	(11.322)	(9.169)
Ativo fiscal diferido		4.977	4.341	5.556
Lucro líquido do semestre/exercício		19.269	47.825	41.285
Atribuível a:				
Controladores		3.812	9.705	8.366
Quantidade de ações do capital social por lote de mil ações		184.195	184.195	137.899
Lucro líquido por lote de mil ações – R\$		0,021	0,053	0,061
Não controladores		15.457	38.120	32.919
Quantidade de quotas do capital social (em milhares)		30.000	30.000	30.000
Lucro líquido por quota – R\$		0,515	1,271	1,097

Demonstração do resultado abrangente

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	31/12/2021		31/12/2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro líquido no semestre/exercício	19.269	47.825	41.285
Outros resultados abrangentes – itens que podem ser reclassificados para o resultado	4	4	253
Ganho (perda) atuarial – Randonprev	7	7	393
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Randonprev	(3)	(3)	(140)
Total do resultado abrangente do semestre/exercício	19.273	47.829	41.538
Resultado abrangente atribuível a controladores	3.813	9.706	8.392
Resultado abrangente atribuível a não controladores	15.460	38.123	33.146

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020	
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	19.269	47.825	41.285
Ajustes ao resultado:			
Constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	2.253	2.177	4.418
Constituição de provisão para perdas associadas ao risco de outros créditos	921	960	34
(Reversão) constituição de provisão para riscos civis e trabalhistas	(66)	76	133
(Reversão) constituição de provisão para outros pagamentos	(634)	(547)	600
(Reversão) constituição de provisão de outros valores e bens	(185)	(615)	1.795
(Reversão) constituição de provisão com comissões	(4.991)	(5.573)	764
Constituição (reversão) de provisão para perdas com empréstimos	244	(406)	2.075
Constituição de provisão de outras provisões operacionais	4.760	3.240	5.589
Custo dos ativos baixados	-	19	1
Depreciações e amortizações	892	1.169	475
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12.111	28.306	22.268
Juros sobre dívida subordinada	-	189	1.650
Atualização monetária de processos judiciais	-	-	(112)
Lucro líquido ajustado	34.574	76.820	80.975
Variações nos ativos e passivos	73.869	64.677	(103.871)
Redução em títulos e valores mobiliários	56.810	29.470	3.774
(Aumento) em operações de crédito	(353.932)	(381.589)	(286.568)
(Aumento) redução em outros créditos	(149.307)	(155.636)	(5.622)
Redução (aumento) em outros valores e bens	6.770	9.071	(1.541)
Aumento em depósitos interfinanceiros	392.018	341.041	33.386
Aumento (redução) em depósitos a prazo	65.896	110.495	(15.295)
(Redução) aumento em obrigações por emissão de letras financeiras	(26.313)	(25.908)	25.908
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	67.056	123.096	130.456
Aumento em outras obrigações	10.450	10.964	10.798
Aumento em resultados de exercícios futuros	4.419	3.671	785
Ajustes de avaliação patrimonial	2	2	48
Impostos pagos sobre o lucro	(11.977)	(30.107)	(25.446)
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	96.466	111.390	(48.342)
Alienação de imobilizado de uso	5	5	-
Aquisição de imobilizado de uso	(93)	(385)	(2.469)
Aquisição de intangível	(4.067)	(4.803)	(2.094)
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de investimento	(4.155)	(5.183)	(4.563)
Dividendos pagos	(63.335)	(72.303)	(1.910)
Juros periódicos sobre dívida subordinada pagos	-	(60.193)	(3.224)
Integralização de capital	-	50.000	60.000
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	(63.335)	(82.496)	54.866
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	28.976	23.711	1.961
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	7.348	12.613	10.652
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	36.324	36.324	12.613
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	28.976	23.711	1.961

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros						Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Legal	Estatutária	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total		
Saldos em 1º de janeiro de 2020	75.000	1.947	6.676	15	-	83.638	32.181	115.819
Integralização de capital (Nota 18)	60.000	-	-	-	-	60.000	-	60.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.366	8.366	32.919	41.285
Dividendos	-	-	-	-	(1.987)	(1.987)	(6.584)	(8.571)
Destinação:								
Reserva legal	-	418	-	-	(418)	-	-	-
Reserva geral de lucros	-	-	5.961	-	(5.961)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	26	-	26	227	253
Saldos em 31 de dezembro de 2020	135.000	2.365	12.637	41	-	150.043	58.743	208.786
Saldos em 1º de janeiro de 2021	135.000	2.365	12.637	41	-	150.043	58.743	208.786
Integralização de capital (Nota 18)	50.000	-	-	-	-	50.000	-	50.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	9.705	9.705	38.120	47.825
Dividendos AGO 13/04/2021	-	-	(397)	-	-	(397)	-	(397)
Dividendos	-	-	-	-	(2.305)	(2.305)	(63.335)	(65.640)
Destinação:								
Reserva legal	-	485	-	-	(485)	-	-	-
Reserva geral de lucros	-	-	6.915	-	(6.915)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	1	-	1	3	4
Saldos em 31 de dezembro de 2021	185.000	2.850	19.155	42	-	207.047	33.531	240.578
Saldos em 1º de julho de 2021	185.000	2.660	12.240	41	5.598	205.539	81.406	286.945
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	3.812	3.812	15.457	19.269
Dividendos	-	-	-	-	(2.305)	(2.305)	(63.335)	(65.640)
Destinação:								
Reserva legal	-	190	-	-	(190)	-	-	-
Reserva geral de lucros	-	-	6.915	-	(6.915)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	1	-	1	3	4
Saldos em 31 de dezembro de 2021	185.000	2.850	19.155	42	-	207.047	33.531	240.578

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O Banco Randon S.A. ("Banco"), sediado na Avenida Rubem Bento Alves, n.º 1469, sala 03, Bairro Interlagos, em Caxias do Sul – RS, foi constituído em 26 de outubro de 2009 e atua sob a forma de banco múltiplo, sem carteira comercial, autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010 e atualmente opera com as carteiras de crédito, financiamento e investimento; investimento e de arrendamento mercantil.

Atualmente, as operações do Banco são voltadas às oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pelas Empresas Randon disponibilizando linhas de financiamento nas modalidades de BNDES-FINAME, CDC, *Floor Plan* e Vendor, empréstimos nas modalidades crédito pessoal e consignado, capital de giro, além de direitos creditórios descontados. Também são ofertados serviços financeiros tais como Cessão de Direitos Creditórios e Investimentos, e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A Randon Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), sediada na Avenida Rubem Bento Alves, n.º 1469, Bairro Interlagos, em Caxias do Sul-RS, tem como objetivo a administração de grupos de consórcio par aquisição de bens de consumo duráveis. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro.

	Direto	Controladores Indireto	Grupo econômico
Banco	Randon Investimentos Ltda.	Randon S.A. Implementos e Participações	Dramd Participações e Administração Ltda.
Administradora	Randon S.A. Implementos e Participações	Dramd Participações e Administração Ltda.	-

Em atendimento à Resolução CMN nº 4,950/2021, essas empresas estão consolidando suas demonstrações financeiras para fins de apresentação do Conglomerado Prudencial.

1.1. Impactos Covid-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") anunciou uma emergência de saúde global devido a um surto de Coronavírus (COVID-19) originário de Wuhan na China, atentando para os riscos na comunidade internacional, considerada a capacidade de o vírus se espalhar globalmente, indo além do seu ponto de origem. Em março de 2020, a OMS classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia.

As instituições que compõem o Conglomerado Prudencial estão mantendo todas as medidas necessárias para proteção dos funcionários e auxílio no combate à Covid-19. Entre as medidas adotadas destacamos: a medição de temperatura e nível de oxigenação de funcionários, disponibilização de máscaras, intensificação da higienização dos ambientes coletivos, além da adoção de trabalho à distância.

Além disso, o Banco ofereceu a flexibilização de pagamentos em razão dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da COVID-19, com a Linha BNDES de Renegociação Emergencial (Circular SUP/ADIG BNDES nº 11/2020 de 23 de março de 2020), o que correspondeu a um aumento significativo no volume de renegociações de operações de FINAME efetivadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Nesse contexto, o Banco disponibilizou também a linha de crédito emergencial Peac (Lei nº 14.042 de 19 de agosto de 2020 e Resolução CMN nº 4.855 de 24 de agosto de 2020), que tem como objetivo facilitar o acesso a crédito e de preservar agentes econômicos.

Os montantes dessas operações, estão mencionados na Nota 7.h. e 7.d, respectivamente.

A administração avaliou os principais riscos e impactos contábeis, além das incertezas que poderiam afetar as referidas contabilizações e divulgações expressas nas demonstrações financeiras. Na data de emissão destas demonstrações financeiras, as instituições que compõem o Conglomerado Prudencial não identificaram riscos à continuidade de seus negócios, às estimativas e julgamentos contábeis.

A administração entende que as demonstrações financeiras do exercício do Banco Randon S.A. e da Randon Administradora de Consórcios Ltda. não apresentam outros impactos relevantes no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.950/2021 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN). Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

A presente demonstração financeira de 31 de dezembro de 2021 reflete as alterações previstas na Resolução BCB nº 2/2020 emitida pelo Banco Central do Brasil e Resolução nº 4.818/2020 emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, o Banco como entidade controladora consolidou suas demonstrações financeiras com as da Randon Administradora de Consórcio Ltda., somando os saldos de itens de mesma natureza, e eliminando o efeito de eventuais transações entre as entidades envolvidas. As demonstrações consolidadas foram elaboradas utilizando-se políticas contábeis uniformes para transações e eventos similares.

Para melhor entendimento das demonstrações financeiras consolidadas, segue abaixo resumo da consolidação:

	31/12/2021						
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido e Participação de não controladores	Total do passivo e patrimônio líquido	Receita	Despesa	Lucro do Exercício
Banco	1.431.938	1.224.891	207.047	1.431.938	104.699	(94.994)	9.705
Administradora	146.547	113.016	33.531	146.547	238.801	(200.681)	38.120
Eliminações	(14.058)	(14.058)	-	(14.058)	(2.241)	2.241	-
Consolidado	1.564.427	1.323.849	240.578	1.564.427	341.259	(293.434)	47.825

	31/12/2020						
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido e Participação de não controladores	Total do passivo e patrimônio líquido	Receita	Despesa	Lucro do Exercício
Banco	870.129	720.086	150.043	870.129	66.973	(58.607)	8.366
Administradora	165.707	106.964	58.743	165.707	190.485	(157.566)	32.919
Eliminações	(46.101)	(46.101)	-	(46.101)	(707)	707	-
Consolidado	989.735	780.949	208.786	989.735	256.751	(215.466)	41.285

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 25 de março de 2022.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional das instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita na Administradora por ocasião do recebimento das parcelas conforme artigo 8º, § 2º da Circular BACEN nº 2.381/1993. As despesas de comissões de vendas das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pela qual as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica "Outras despesas administrativas". As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

A Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021, revogou dispositivos da Circular nº 2.381/1993 do Banco Central do Brasil que dispõe sobre o reconhecimento da receita. A Resolução BCB nº 120 no caput de seu artigo 2º, determina que as administradoras de consórcios observem o reconhecimento, a mensuração e evidenciação contábil das receitas, conforme dispõe: "Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, aprovado em 4 de novembro de 2016. A Administração não espera impactos significativos com esta revogação.

Adicionalmente, através da Instrução Normativa BCB, nº 187, de 25 de novembro de 2021 revogou a Carta Circular nº 2.598 de 27 de novembro de 1995, que tratava o reconhecimento das despesas com comissões. A Administração não espera impactos significativos com esta revogação.

c) Caixa e equivalentes de caixa - Demonstração dos fluxos de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) *Títulos para negociação* - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) *Títulos disponíveis para a venda* - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e
- (iii) *Títulos mantidos até o vencimento* - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

f) Operações de crédito

As operações de crédito (empréstimos, direitos creditórios descontados e financiamentos) e outros créditos (direitos creditórios sem coobrigação e financiamento ativos não financeiros mantidos para venda) estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nºs 2.682/99 e 2.697/00.

As operações de crédito pré-fixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo regime de competência.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar.

As baixas das operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no *rating* "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/99.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN nºs 2.682/99 e 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes de renegociações somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a

mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis.

i) Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo custo, líquido de provisão para perdas, quando aplicável.

j) Ativos não financeiros mantidos para venda

Em alguns casos, os bens são reintegrados após a execução dos créditos inadimplentes. Bens reintegrados são mensurados pelo valor contábil bruto ou pelo valor justo do bem, líquido de despesas de venda, o que for menor, com base em laudo de avaliação e demais critérios estabelecidos na Resolução nº 4.747/19 do CMN e Resolução BCB nº 5/2020, sendo os montantes registrados em "Ativos não financeiros mantidos para venda".

k) Imobilizado de uso

Demonstrado ao valor de custo. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 9, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens com base em laudo de avaliação técnica e demais critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.535/16 e Resolução BCB nº 6/2020.

l) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos (licenças de uso de *software* e sistemas de processamentos de dados) que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção. Está demonstrado ao valor de custo, ajustado por amortizações acumuladas mencionadas na Nota 9, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, e levam em conta sua vida útil-econômica com base em laudo de avaliação técnica, bem como os demais critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.534/16 e Resolução BCB nº 7/2020.

m) Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda, refletindo seus impactos no resultado.

n) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

o) Obrigações por empréstimos e repasses, letras financeiras e dívida subordinada

As operações com cláusulas de atualização monetária e as operações com encargos pré-fixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro rata" dia com base na taxa efetiva das operações.

p) Ativos e passivos contingentes

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/09:

- Ativos contingentes - são reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
- Passivos contingentes - são representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A provisão é reconhecida para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

q) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata" dia) incorridos, assim como provisão para perda, quando julgada necessária.

r) Créditos tributários, impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social -PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. Em 1º de julho de 2021 a alíquota da contribuição social para as instituições financeiras foi majorada de 20% para 25%. A partir de 1º de janeiro de 2022 a alíquota da contribuição social retornou para 20%.

Os créditos tributários e obrigações tributárias diferidas referentes a imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporárias indedutíveis entre o resultado contábil e o fiscal, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. De acordo com o disposto na Resolução BCB nº 15/2020, bem como na Resolução CMN nº 4.842/2020, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações, conforme demonstrado na Nota 20, está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico revisado e atualizado em 31 de dezembro de 2021.

s) Resultado de exercícios futuros

Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamentos.

t) Resultado por ação/quota

O lucro líquido por ação ou quota é calculado em Reais com base na quantidade de ações em circulação bem como número de quotas, na data dos balanços.

u) Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

As instituições que compõem o Conglomerado Prudencial são patrocinadoras de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida e um benefício mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às Empresas Randon, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um plano misto, pois conjuga características dos planos definidos e de contribuição definida (Nota 29).

O plano de previdência, gerido pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma entidade fechada de previdência complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira, aos empregados das Empresas Randon.

O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos.

As instituições que compõem o Conglomerado Prudencial reconhecem sua obrigação com o plano de benefício aos seus empregados, e, quanto aos custos relacionados, liquidados dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- Os custos com o plano de pensão, e dos benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados, são determinados atuarialmente, usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados. A taxa de desconto usada para mensurar as obrigações das Empresas Randon, com o pagamento dos benefícios de pós-emprego, baseia-se na taxa no mercado financeiro com perspectiva de longo prazo;
- Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefício a Empregados;
- Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, com o objetivo de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e das obrigações relacionadas com o plano. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de crescimento da massa salarial.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pelas instituições, são baseadas em estudos de aderência realizado pelo atuário, como inflação de longo prazo compatível com os fluxos de pagamento das obrigações avaliadas, hipóteses de rotatividade e hipóteses de mortalidade e de inválidos.

v) Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada - contribuição definida, (Nota 29). Esses benefícios são registrados no resultado do semestre/exercício por ocorrência de uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

x) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características das instituições que compõem o Conglomerado Prudencial, ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele resultante de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A avaliação para resultado não recorrente é avaliada a cada semestre e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa.

4. Estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para riscos cíveis e trabalhistas, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Na Administradora, as estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Na preparação destas informações financeiras, a Administração deve exercer, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis das empresas que compõem o conglomerado prudencial e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

Na Administradora, as estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes.

Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A revisão das estimativas é avaliada pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são destacadas a seguir:

a) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

No Banco, a provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando critérios de provisionamento definidos pelo BACEN nas Resoluções nrs. 2.682/99 e 2.697/00 associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas.

b) Impostos diferidos

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. No Banco, esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas de realização, considerando os requisitos expostos na Resolução nr. 4.842/2020 do CMN, e aplicados nos estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A Administradora considera os procedimentos estabelecidos na Resolução BCB nr. 15/2020. Para maiores detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota explicativa 20.

c) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

As instituições que compõem o Conglomerado Prudencial reconhecem provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributários. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

d) Provisão para perdas de empréstimos

A Administradora utiliza critérios específicos de provisão para calcular a perda de empréstimos a grupos. Os percentuais de provisão aplicados consideram o prazo como item fundamental para considerar a provisão de perda. A quantidade de perdas esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas.

e) Provisões para comissão

Na Administradora, a provisão de comissão com vendas é reconhecida no momento em que ocorre a realização dos valores, e também onde temos a evidência e a confiabilidade de que a mesma irá se realizar efetivamente. O consorciado por ser um investidor e não um devedor, poderá efetuar diversas negociações, como: deixar de efetuar os pagamentos e ter sua cota cancelada, realizar negociações, como por exemplo: aditamentos, repactuações, e nestes casos o cliente fica adimplente, porém a parcela não é paga, realizar trocas de faixa para um crédito de maior ou menor valor, casos em que o valor da comissão altera, desistir da cota, entre outros.

f) Provisão para promoção de vendas

A Administradora realiza campanhas que tem como objetivo incentivar e alavancar vendas. Dependendo das mudanças nas circunstâncias econômicas esta despesa pode não se realizar conforme o previsto, ou seja, o resultado será proporcional ao atingimento das metas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Operações compromissadas – posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional	24.404	2.299
Notas do Tesouro Nacional	11.499	-
	<u>35.903</u>	<u>2.299</u>
Disponibilidades	421	10.314
Total	<u>36.324</u>	<u>12.613</u>
Circulante	36.324	12.613

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, inclui, conforme CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, dinheiro em caixa, depósito bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

6. Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação	Sem vencimento	A vencer até 12 meses	31/12/2021		31/12/2020	
			A vencer acima de 12 meses	Valor de mercado (contábil)	Valor de custo	Valor de mercado (contábil)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	36.322	1.249	37.571	37.601	22.978
Fundos de investimento	6.195	-	-	6.195	6.195	5.734
Certificado de depósito bancário (CDB pós-fixado)	-	5.836	-	5.836	5.836	4.358
Total	6.195	42.158	1.249	49.602	49.632	33.070

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

O valor de mercado dos títulos privados é correspondente aos preços dos ativos na CETIP – Mercados Organizados, e nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos para negociação devem ser apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento.

7. Operações de crédito

As informações da carteira em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são assim sumarizadas:

a) Composição da carteira por modalidade

	31/12/2021		31/12/2020	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Operações de Crédito				
Empréstimos (a)	22.882	1,67	21.755	2,61
Direitos creditórios descontados	32.841	2,40	39.183	4,71
Financiamentos (b)	1.149.602	83,99	763.702	91,73
Total	1.205.325	88,06	824.640	99,05
Circulante	821.851	60,04	525.593	63,13
Realizável a longo prazo	383.474	28,02	299.047	35,92
Outros créditos				
Cessão de direitos creditórios sem coobrigação (c)	161.506	11,80	7.911	0,95
Financiamento ativos não financeiros (d)	1.935	0,14	-	-
Total	163.441	11,94	7.911	0,95
Circulante	161.735	11,82	7.911	0,95
Realizável a longo prazo	1.706	0,12	-	-
Total da carteira	1.368.766	100,00	832.551	100,00

(a) Composto por operações de empréstimo de crédito pessoal, crédito pessoal consignado e capital de giro.

(b) Composto por operações de financiamento com recursos BNDES/FINAME, CDC, Vendor e Compras (Floor Plan).

(c) Referem-se a títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito, contabilizados em outros créditos diversos.

(d) Referem-se a devedores por compra de valores e bens advindos de financiamento de ativo não financeiro mantido para venda, contabilizado em outros créditos diversos.

b) Diversificação da carteira por vencimento

	31/12/2021		31/12/2020	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Vencidos:	3.260	0,23	820	0,10
A vencer:				
Até 90 dias	794.644	58,06	403.686	48,49
De 91 até 360 dias	185.845	13,58	128.998	15,49
Acima de 361 dias	385.017	28,13	299.047	35,92
Total a vencer	1.365.506	99,77	831.731	99,90
Total	1.368.766	100,00	832.551	100,00
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito				
Circulante	(8.230)	61,62	(6.824)	61,35
Realizável a longo prazo	(4.128)	30,91	(4.261)	38,30
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(12.358)	92,53	(11.085)	99,65
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos				
Circulante	(948)	7,09	(39)	0,35
Realizável a longo prazo	(51)	0,38	-	-
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos	(999)	7,47	(39)	0,35
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(13.357)	100,00	(11.124)	100,00
Total da carteira líquida das provisões	1.355.409		821.427	

c) Diversificação da carteira por nível de concentração

	31/12/2021		31/12/2020	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Principal devedor	38.400	2,81	27.167	3,26
20 maiores devedores seguintes	413.096	30,18	235.038	28,23
Demais devedores	917.270	67,01	570.346	68,51
Total	1.368.766	100,00	832.551	100,00

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível de risco	% de Provisão Resolução CMN 2.682/99	31/12/2021		31/12/2020	
		Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$
AA	0,00%	2.140	-	-	-
A	0,50%	765.969	3.830	283.194	1.416
B	1,00%	558.729	5.587	516.040	5.160
C	3,00%	28.260	848	25.746	772
D	10,00%	3.904	391	138	14
E	30,00%	114	34	3.982	1.195
F	50,00%	120	60	1.733	866
G	70,00%	68	48	59	42
H	100,00%	2.549	2.549	1.659	1.659
Total		1.361.853	13.347	832.551	11.124

Nível de risco	Provisão Resolução CMN 4.855/20 (a)	31/12/2021		31/12/2020	
		Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$
A	0,50%	4.342	4	-	-
B	1,00%	2.338	5	-	-
C	3,00%	233	1	-	-
Total		6.913	10	-	-

Total da carteira	1.368.766	13.357	832.551	11.124
--------------------------	------------------	---------------	----------------	---------------

(a) Operações relacionadas ao Programa Emergencial de Acesso a Crédito (FGI-Peac), aonde a União assumiu parcialmente as garantias dos valores da operação e a provisão é permitida somente sobre a parcela do valor contábil cujo risco de crédito é detido pela instituição.

Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outros créditos:

	31/12/2021		31/12/2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Saldo inicial	10.576	11.124	8.628
Constituição de provisão	11.311	16.582	12.847
Reversão de provisão	(8.137)	(13.445)	(8.395)
Créditos baixados contra prejuízo (b)	(393)	(904)	(1.956)
Saldo final	13.357	13.357	11.124

(b) Os créditos baixados contra prejuízo obedecem às práticas contábeis descritas na Nota 3.f.

e) Composição da carteira por indexador

	31/12/2021		31/12/2020	
	R\$	%	R\$	%
Operações pré-fixadas	1.075.792	78,60	633.899	76,14
Operações pós-fixadas	292.974	21,40	198.652	23,86
Total	1.368.766	100,00	832.551	100,00

f) Composição da carteira por atividade econômica e tipo de cliente

	31/12/2021		31/12/2020	
	R\$	%	R\$	%
Indústria	185.992	13,59	40.847	4,90
Comércio	539.958	39,45	314.527	37,78
Serviços	622.410	45,47	468.612	56,29
Pessoa jurídica	1.348.360	98,51	823.986	98,97
Pessoa física	20.406	1,49	8.565	1,03
Total	1.368.766	100,00	832.551	100,00

g) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$90 (R\$ 1.876 em 31 de dezembro de 2020).

h) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram renegociadas operações no total de R\$36.217 (R\$279.260 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). Do montante total renegociado no exercício de 2020, R\$245.468 corresponde a renegociações de operações de FINAME efetivadas com base na Circular SUP/ADIG BNDES nr.11/2020 de 23 de março de 2020, que se referem a medidas em função do COVID-19, e o saldo restante representam iniciativas do Banco devido a esta pandemia e outras negociações.

i) Cessões de crédito

No exercício de 31 de dezembro de 2021, o Banco adquiriu através de cessão de direitos creditórios, sem coobrigação, R\$ 161.506 (R\$ 7.911 no exercício de 2020). Deste montante, R\$ 76.304 é referente a duplicatas de fornecedores das Empresas Randon, R\$ 190 refere-se a duplicatas de terceiros e, R\$ 85.012 refere-se a duplicatas de clientes das Empresas Randon. As operações com duplicatas de clientes das Empresas Randon ocorreram a partir do 2º semestre de 2021. Essas operações geraram resultado de R\$ 1.793 no período (R\$ 77 no exercício de 2020). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram realizadas cessões de operações de crédito com coobrigação.

8. Outros ativos

	31/12/2021	31/12/2020
Rendas a receber	312	-
Recursos pendentes de recebimento (a)	56.459	58.031
Pagamentos a ressarcir (b)	16.645	14.956
Outros créditos diversos	4.274	4.539
Empréstimos a grupos encerrados	28.384	29.232
(-) Provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados (c)	(25.741)	(26.147)
Devedores diversos	469	259
Adiantamentos diversos	307	158
Adiantamento e antecipações salariais	349	326
Depósitos judiciais (Nota 14)	506	711
Outros valores e bens	8.722	17.178
Ativos não financeiros mantidos para venda, líquido de provisões (d)	8.185	16.693
Outros	150	150
Despesas antecipadas	387	335
Total	86.412	94.704
Circulante	58.406	75.802
Realizável a longo prazo	28.006	18.902

- (a) Referem-se a recursos a receber oriundos de cobrança judicial decorrentes de encerramentos dos grupos transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil, sendo que, as respectivas obrigações de ratear os valores proporcionalmente entre os beneficiários, quando recuperados, estão registradas na conta de recursos pendentes de recebimento no passivo.
- (b) Referem-se a investimento em cotas de consórcio dos grupos administrados pela própria Administradora. Os valores estão distribuídos em grupos de imóveis e outros bens, sendo eles automóveis, máquinas e equipamentos agrícolas, carrocerias, caminhões e ônibus. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o saldo em aberto estava composto de investimentos nos seguintes segmentos de consórcios:

Segmento	31/12/2021	31/12/2020
Bens imóveis	12.103	11.024
Bens móveis	4.542	3.932
Total	16.645	14.956

Em atendimento a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, os créditos correspondentes a participação da Administradora em grupos de consórcios por ela administrados são atribuídos após a contemplação de todos os demais consorciados do Grupo, sendo desta forma integralmente registrada em ativo não circulante.

- (c) Provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados

Referem-se a perda com empréstimos conforme detalhado na Nota Explicativa nº 4.d, realizados a grupos de consórcios administrados pela Administradora, por meio de análise de situação financeira dos grupos tomadores onde a respectiva provisão de perda constituída pela Administradora tem como base uma política, onde, ao final de 5 anos é realizada a provisão de 100% do empréstimo.

Movimentação da provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(26.147)	(24.072)
Constituição de provisão	(2.319)	(4.109)
Reversão de provisão	2.725	2.034
Total	(25.741)	(26.147)

(d) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores quando reintegrados, são considerados ativos não financeiros mantidos para venda. Os bens são mensurados e contabilizados pelo valor contábil bruto ou pelo valor justo do bem, líquido de despesas de venda, o que for menor, e destinados à alienação. O Banco mantém ações necessárias e semestralmente realiza esforços para a venda desses bens.

	31/12/2021			31/12/2020	
	Custo	Provisão para desvalorização	Provisão para despesa de venda	Custo líquido de provisão	Custo líquido
Imóveis	9.618	(999)	(434)	8.185	16.693
Total	9.618	(999)	(434)	8.185	16.693

Movimentação da provisão para desvalorização e despesa de venda

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	2.048	253
Constituição de provisão	502	1.795
Reversão de provisão	(1.117)	-
Saldo final	1.433	2.048

9. Imobilizado de uso e intangível

	31/12/2021			31/12/2020		Taxas anuais depreciação/amortização %
	Custo corrigido	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido		
Mobiliário	1.946	(605)	1.341	1.507	11,1 e 15,5	
Equip. de processamento de dados	1.756	(1.048)	708	586	20 e 35,7	
Equip. de comunicação e segurança	143	(48)	95	80	19,5 e 25,2	
Veículos	52	(52)	-	-	20	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	546	(86)	460	514	10	
Imobilizado de uso	4.443	(1.839)	2.604	2.687		
Sistemas de processamento de dados	12.405	(5.661)	6.744	251	-	
Sistemas de processamento de dados – em desenvolvimento	468	-	468	2.883	-	
Licenças e direitos autorais de uso	259	(259)	-	-	-	
Intangível	13.132	(5.920)	7.212	3.134	20 e 25	
Total do imobilizado de uso e intangível	17.575	(7.759)	9.816	5.821		

10. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2021, os depósitos foram remunerados com taxas de 99% a 155% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) (99% a 183% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). Existem depósitos a CDI mais spread fixo e a prazo pré-fixado remunerado a taxas de até 9,5% ao ano (6,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). Nos depósitos existem operações com liquidez diária e outras com restrição de resgate. Os depósitos apresentam a seguinte distribuição de vencimentos:

	Circulante Até 12 meses	31/12/2021 Exigível a longo prazo			Total	Total
		De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses		
Interfinanceiros	460.073	-	-	-	-	460.073
A prazo	41.405	8.312	15.906	186.728	210.946	252.351
Total	501.478	8.312	15.906	186.728	210.946	712.424

	Circulante Até 12 meses	31/12/2020 Exigível a longo prazo			Total	Total
		De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses		
Interfinanceiros	101.777	17.255	-	-	17.255	119.032
A prazo	1.838	25.121	11.958	56.838	93.917	95.755
Total	103.615	42.376	11.958	56.838	111.172	214.787

11. Obrigações por emissão de letras financeiras

	31/12/2021 Exigível a longo prazo		Total
	Circulante Até 12 meses	Acima de 12 meses	
Letra financeira garantida - LTEL	-	-	-
Total	-	-	-

	31/12/2020 Exigível a longo prazo		Total
	Circulante Até 12 meses	Acima de 12 meses	
Letra financeira garantida - LTEL	25.908	-	25.908
Total	25.908	-	25.908

Em 28 de dezembro de 2020, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.795/20, o Banco efetuou empréstimo por meio da Linha Temporária Especial de Liquidez, através de emissão de Letra Financeira com garantia em ativos financeiros (LTEL-LFG) junto ao Banco Central do Brasil. A captação de recursos no valor de R\$ 25.900 possuía correção da Taxa Selic somada ao spread de 0,60% a.a. fixado pelo Banco Central do Brasil. De acordo com o vencimento, em 17 de dezembro de 2021 a LTEL-LFG foi liquidada pelo valor final de R\$ 27.107.

12. Obrigações por empréstimos e repasses

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As operações contratadas possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2023.

Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: pré-fixadas de 5,12% a.a. até 5,52% a.a.

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto à Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2026.

Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: (a) nas operações pós-fixadas de 6,74% a.a. a 7,58% a.a., com as variações do indexador TJLP; (b) nas operações pós-fixadas de 11,50% a.a. a 11,61% a.a., com as variações do indexador SELIC; (c) nas operações pré-fixadas de 0% a.a. até 20,46% a.a.; (d) operações pós-fixadas de 5,25% a.a. a 5,35% a.a., com as variações do indexador TLP/IPCA.

	31/12/2021				
	Circulante			Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	Total
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total		
Repasses do País – BNDES	39.044	119.061	158.105	314.028	472.133
Repasses do País – FINAME	1.110	2.133	3.243	1.000	4.243
Total	40.154	121.194	161.348	315.028	476.376

	31/12/2020				
	Circulante			Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	Total
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total		
Repasses do País – BNDES	1.195	3.450	4.645	4.233	8.878
Repasses do País – FINAME	26.293	83.737	110.030	234.372	344.402
Total	27.488	87.187	114.675	238.605	353.280

13. Dívida Subordinada

	31/12/2020		
	Circulante Até 12 meses	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	Total
Letra financeira subordinada	4	60.000	60.004
Total	4	60.000	60.004

Em 17 de dezembro de 2013, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13, o Banco efetuou operação de captação, através de emissão de Letra Financeira Subordinada junto à Randon S.A. Implementos e Participações, controladora das Empresas Randon. A captação de recursos no valor de R\$60.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2023, possuía remuneração mensal de 100% do DI, pagos semestralmente a partir de 9 de julho de 2019. Em 04 de março de 2021, houve resgate antecipado do valor total da letra financeira.

14. Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial são partes em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributários.

Com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, é constituída a provisão para riscos cíveis e trabalhistas tendo em vista a existência de ações judiciais com probabilidade de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 as ações judiciais classificadas como perda provável e possível atualizadas montam os valores de:

Natureza	Riscos trabalhistas, cíveis e tributários					
	Provável		Possível		Depósitos judiciais (Nota 8)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhista	1.034	958	1.997	837	506	711
Tributário	-	-	226	234	-	-
Cível						
Indenizatória	-	-	-	1	-	-
Ordinária	-	-	-	1.708	-	-
Total	1.034	958	2.223	2.780	506	711

	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Realizável/Exigível a longo prazo	Total	Circulante	Realizável/Exigível a longo prazo	Total
Depósitos judiciais (Nota 8)	123	383	506	-	711	711
Provisão para riscos trabalhistas	840	194	1.034	-	958	958

Movimentação da provisão para riscos cíveis e trabalhista

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	958	825
Constituição de provisão	157	318
Reversão de provisão	(81)	(185)
Saldo final	1.034	958

15. Obrigações fiscais correntes e diferidas

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	8.947	6.944
Impostos e contribuições diferidos	56	55
Total	9.003	6.999
Circulante	9.003	6.999

16. Outros passivos

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores e outros credores diversos (a)	3.405	6.969
Salários e encargos	4.402	3.407
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados Fiscais e previdenciárias (b)	1.218	7
Sociais e estatutárias	5.007	4.138
Recursos pendentes de recebimento - grupos encerrados (Nota 8.a)	8.686	14.123
Recursos não procurados (c)	56.459	58.031
Outras obrigações diversas	16.241	11.580
Saldo remanescente de grupos a pagar (d)	23.832	18.667
Provisões para pagamento de comissões	6.660	5.785
Provisão programa de incentivo de vendas	11.433	5.860
Outros débitos (e)	4.464	5.240
Total	119.250	116.922
Circulante	118.479	115.920
Exigível a longo prazo	771	1.002

(a) Referem-se a repasse de recursos FINAME e outros fornecedores.

(b) Referem-se a impostos e contribuições a recolher.

(c) Referem-se aos recursos a devolver a consorciados desistentes, excluídos e provenientes de rateios de saldos, transferidos para a Administradora e mantidos à disposição dos participantes desses grupos encerrados, os quais são atualizados monetariamente, com base em aplicações financeiras indexadas ao CDI. As comunicações aos consorciados são realizadas conforme estabelecido na Lei nº 11.795/088 e na Circular nº 3.432/09. Também em consonância com a Circular nº 3.432/09, os recursos não procurados são divulgados no sítio eletrônico da administradora na internet, com acesso pela sua página inicial e com orientações sobre os procedimentos que devem ser adotados para que o beneficiário possa recebê-los.

(d) Referem-se a obrigações decorrentes de encerramentos dos grupos de consórcio cujos recursos foram transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil, atualizadas de acordo com os rendimentos proporcionados pelas aplicações dos recursos.

(e) Referem-se a outras provisões para pagamentos a efetuar, sendo elas outras despesas administrativas e outros pagamentos, e outros débitos.

Movimentação da provisão para pagamento de comissões

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	5.860	6.624
Constituição de provisão	61.059	34.581
Reversão de provisão	(55.486)	(35.345)
Saldo final	11.433	5.860

Movimentação da provisão programa de incentivo de vendas

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	5.240	1.098
Constituição de provisão	5.348	4.760
Reversão de provisão	(6.124)	(618)
Saldo final	4.464	5.240

17. Resultado de exercícios futuros

	31/12/2021	31/12/2020
Comissão por financiamento	5.762	2.091
Total	5.762	2.091

As comissões por financiamento representam receitas de encargos financeiros de operações de crédito pagas antecipadamente pela Randon S.A. Implementos e Participações e outras Empresas Randon. A comissão é apurada pela diferença entre a aplicação da taxa de juros praticada pelo Banco e a taxa de juros estabelecida pela promoção da conveniada nas modalidades de financiamento de Vendedor, CDC e Compror (*Floor Plan*), conforme contratos de convênio para financiamento firmado entre as Empresas Randon.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$185.000 (R\$135.000 em 31 de dezembro de 2020), representado por ações ordinárias e preferenciais de domiciliados no país, todas nominativas e sem valor nominal, com a seguinte divisão:

	31/12/2021	31/12/2020
Ordinárias	92.097.583	68.949.435
Preferenciais	92.097.583	68.949.435
Total	184.195.166	137.898.870

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de março de 2021 e homologada junto ao BACEN em 16 de abril de 2021, foi autorizado o aumento do capital social em R\$50.000, mediante a emissão de 23.148.148 ações ordinárias e 23.148.148 ações preferenciais. O valor total foi integralizado em 11 de março de 2021.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de janeiro de 2020 e homologada junto ao BACEN em 11 de março de 2020, foi autorizado o aumento do capital social em R\$60.000, mediante a emissão de 29.126.214 ações ordinárias e 29.126.214 ações preferenciais. Do total, 50% foram integralizados em 08 de janeiro de 2020 e 50% em 16 de março de 2020.

b) Dividendos e destinação dos lucros

No Banco, as ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. O dividendo será pago ou creditado tendo por base a data da publicação da Ata de Assembleia Geral que aprovar as contas do respectivo exercício, conforme prazo definido no Estatuto Social. Em 30 de abril de 2021, foram pagos dividendos obrigatórios, no montante de R\$1.987, além de dividendos complementares, no montante de R\$397, os quais foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de abril de 2021, relativos à data-base de 31 de dezembro de 2020.

Na Administradora, ao término de cada exercício social o lucro líquido apurado, após as deduções e amortizações legais, será destinado como segue: (a) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão distribuídos aos quotistas, a menos que de outra forma seja acordado pelas sócias; e, (b) o saldo será transferido para conta "Reserva geral de lucros", podendo, a critério dos quotistas, serem distribuídos como lucros adicionais ou capitalizados. No dia 19 de janeiro de 2021, em reunião de quotistas, foi deliberada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 6.584, correspondente a 20% do resultado de 2020, com pagamento até 31 de março de 2021. O saldo remanescente foi destinado para reserva de lucro. Os dividendos foram integralmente registrados no exercício de 2020.

Em 13 de agosto de 2021, em reunião de quotistas, foi deliberada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 26.335 com pagamento até 31 de agosto de 2021, correspondentes ao resultado de 2020. Em reunião de quotistas ocorrida em 15 de dezembro de 2021, foi aprovado o pagamento de dividendos no montante de R\$ 37.000 relativos aos lucros do exercício de 2021, pagos antecipadamente em 20 de dezembro de 2021.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram pagos dividendos, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	Banco		Administradora	
Saldo no início do exercício	1.987	1.910	6.584	-
Dividendos complementares provisionados	397	-	26.335	-
Dividendos provisionados	2.305	1.987	37.000	6.584
Pagamentos realizados no exercício	(2.384)	(1.910)	(69.919)	-
Saldo atual no exercício	2.305	1.987	-	6.584

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404. Conforme regulamentado na Circular nº 1.273 de 29 de dezembro de 1987 do BACEN, foi constituída reserva legal para a data-base 31 de dezembro de 2021.

d) Reservas estatutárias

As reservas estatutárias são constituídas com o saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição dos dividendos e da constituição da reserva legal, e destina-se a investimentos e à manutenção do capital de giro, a qual terá o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

19. Receita da intermediação financeira – operações de crédito

	31/12/2021		31/12/2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Empréstimos	1.574	2.830	1.695
Direitos creditórios descontados	4.685	8.523	4.987
Financiamentos	51.998	86.685	53.841
Recuperação de prejuízo	6	90	1.876
Total	58.263	98.128	62.399

20. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL

A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada pela aplicação de alíquota de 20% no Banco e 9% na Administradora, e a provisão para Imposto de Renda (IRPJ), pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$240 no ano (R\$120 no semestre).

No Banco, a partir de 1º de julho de 2021, a alíquota da contribuição social foi majorada de 20% para 25%. A partir de janeiro de 2022 a alíquota da contribuição social retornou para 20%.

	31/12/2021		31/12/2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	31.380	76.131	63.553
Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 20%, respectivamente – (Banco) (I)	(4.138)	(8.806)	(5.878)
Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 9%, respectivamente – (Administradora)	(7.856)	(19.544)	(17.106)
Adições permanentes	(288)	(572)	(657)
Exclusões permanentes	494	792	567
Outros ajustes (II)	(323)	(176)	806
Total	(12.111)	(28.306)	(22.268)
IRPJ e CSLL provisão corrente	(17.091)	(32.647)	(27.818)
IRPJ e CSLL provisão diferida	2	-	(6)
IRPJ e CSLL ativo diferido	4.978	4.341	5.556
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(12.111)	(28.306)	(22.268)
Alíquota efetiva	38,59%	37,18%	35,04%

- (I) A alíquota da contribuição social no período de 1º de julho de 2021 à 31 de dezembro de 2021 foi de 25%.
- (II) Do montante de R\$854 de outros ajustes em 31 de dezembro de 2020, R\$332 refere-se a ganho do Banco conforme sentença em processo judicial nº 5000843-22.2015.4.04.7107/RS, correspondente ao benefício do PAT (Programa de alimentação do trabalhador).

b) Movimentação dos créditos tributários

A movimentação dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Saldo em 01/01/2021	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2021
Adições temporárias				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.036	8.073	(6.804)	6.305
Receitas diferidas	941	14.486	(12.834)	2.593
Provisão para participação nos resultados	1.762	2.341	(2.089)	2.014
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	921	32	(503)	450
Provisão para riscos trabalhistas	402	82	(40)	444
Provisão para perda de empréstimos a grupos	8.890	849	(987)	8.752
Provisão para comissões	1.992	24.079	(22.184)	3.887
Outros	1.960	2.579	(2.740)	1.799
Ativo fiscal diferido	21.904	52.521	(48.181)	26.244

	Saldo em 01/01/2020	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2020
Adições temporárias				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.452	7.257	(5.673)	5.036
Receitas diferidas	522	8.738	(8.319)	941
Provisão para participação nos resultados	1.171	5.012	(4.421)	1.762
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	101	820	-	921
Provisão para riscos trabalhistas	305	302	(205)	402
Provisão para perda de empréstimos a grupos	8.184	1.695	(989)	8.890
Provisão para comissões	2.252	11.781	(12.041)	1.992
Outros	467	3.639	(2.146)	1.960
Ativo fiscal diferido	16.454	39.244	(33.794)	21.904
Patrimônio líquido				
Randonprev avaliação atuarial	89	118	(12)	195

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	31/12/2021	31/12/2020
2021	-	8.964
2022	12.727	3.389
2023	3.593	4.622
2024	4.993	1.356
2025	1.382	3.573
2026	3.549	-
Mais de 5 anos	-	-
Total	26.244	21.904

O valor presente dos créditos tributários, calculados em cada empresa considerando a taxa média de captação no Banco de 10,44% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$8.288 (R\$7.108 em 31 de dezembro de 2020 à taxa de 2,88% a.a.), e na Administradora à taxa média de custo de capital de 10,17% a.a., no montante de R\$13.048 (R\$11.153 em 31 de dezembro de 2020 à taxa de 11,83%), com base nas projeções definidas pelo Banco e Administradora.

Em atendimento ao Art. 20, § 2º, V da Resolução BCB nº 2/2020, os ativos fiscais diferidos estão apresentados no ativo não circulante.

21. Receitas de prestação de serviços

	31/12/2021		31/12/2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas com taxa de administração – Administradora (*)	114.460	223.724	181.557
Outras receitas de prestação de serviços – Banco	96	153	160
Total	114.556	223.877	181.717

(*) Refere-se, basicamente, a taxa de administração cobrada dos grupos de consórcio. A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos, no ato do recebimento das prestações mensais para aquisição de bens, em média de 14,67% (14,76% em dezembro de 2020) sobre o valor da referida contribuição.

22. Despesas de pessoal

	31/12/2021		31/12/2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Encargos sociais	9.715	18.384	14.559
Proventos	4.406	8.563	6.962
Honorários	1.063	2.557	2.550
Benefícios	1.320	2.410	2.010
Treinamento	121	218	201
Total	16.625	32.132	26.282

23. Outras despesas administrativas

	31/12/2021		31/12/2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Comissões sobre vendas	47.219	86.973	58.377
Despesas de serviços de terceiros	7.259	12.736	8.569
Despesas de promoções e relações públicas	7.389	9.491	8.583
Despesas de processamento de dados	5.972	9.283	2.851
Despesas de propaganda e publicidade	5.341	7.083	7.746
Participação dos empregados	2.407	4.803	5.155
Despesas de serviços técnicos especializados	3.013	4.082	1.730
Perdas com empréstimos a grupos	594	2.197	2.043
Despesas de depreciação e amortização	893	1.169	475
Despesas de serviços do sistema financeiro	402	800	817
Outras despesas administrativas	2.164	3.862	6.226
Total	82.653	142.479	102.572

24. Outras receitas e despesas operacionais

As contas de outras receitas e despesas operacionais possuem a seguinte composição:

	31/12/2021		31/12/2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Reversão de provisões operacionais	3.812	3.963	516
Reversão provisão perdas com empréstimos a grupos	995	2.725	2.034
Taxa de manutenção de consorciados não localizados	1.585	2.678	1.438
Variações monetárias ativas	1.090	1.717	988
Multa e juros recebidos	842	1.567	1.552
Outras receitas operacionais	532	1.644	1.888
Total outras receitas operacionais	8.856	14.294	8.416
Provisão para perdas com empréstimos a grupos	(1.239)	(2.319)	(4.109)
Despesas com provisões não operacionais	(571)	(2.006)	(1.795)
Outras despesas eventuais	(121)	(204)	(1.108)
Despesas com outras provisões operacionais	(317)	(665)	(1.174)
Despesas com processos judiciais	-	(312)	(199)
Outras despesas ativos não financeiros mantidos p/ venda	(138)	(382)	(196)
Outras despesas operacionais	(9)	(9)	(82)
Total outras despesas operacionais	(2.395)	(5.897)	(8.663)

25. Transações com partes relacionadas

a) Transações e saldos

	Ativo					
	Títulos e créditos a receber		Outros Créditos Provisão		Diversos	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Randon S.A. Implementos e Participações	8.650	1.229	(43)	(6)	18	-
Randon Veículos Ltda.	-	-	-	-	-	55
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	54.890	3.372	(274)	(17)	-	-
Fras-le S.A.	4.634	-	(23)	-	-	-
Freios Control Ltd.	394	1.207	(2)	(6)	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	1.420	298	(7)	(1)	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	4.926	1.805	(25)	(9)	1	-
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	18	-	-	-	-	-
Randon Triel HT Implementos Rodoviários Ltda.	54	-	-	-	-	-
CNCS Indústria Metalúrgica Ltda.	1.318	-	(7)	-	-	-
RAR Corretora de Seguros Ltda.	-	-	-	-	-	5
DRAMD Participações e Adm. Ltda.	-	-	-	-	-	7
Rasip Alimentos Ltda.	-	-	-	-	-	1
Total	76.304	7.911	(381)	(39)	19	68

	Passivo							
	Depósitos a prazo		Divida subordinada (Nota 13)		Credores diversos		Bônus por financiamento (*)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Randon S.A. Implementos e Participações	(113.004)	(831)	-	(60.004)	(1)	-	-	-
RAR Corretora de Seguros Ltda.	(2.554)	-	-	-	-	-	-	-
DRAMD Participações e Adm. Ltda.	(10.210)	-	-	-	-	-	-	-
Conexo Serviços Digitais e Coworking Ltda.	-	-	-	-	(7)	-	-	-
Empresas Randon	-	-	-	-	-	-	(5.762)	(2.091)
Pessoas físicas	(82)	-	-	-	-	-	-	-
Total	(125.850)	(831)	-	(60.004)	(8)	-	(5.762)	(2.091)

(*) Refere-se à equalização de taxa paga pelas Empresas Randon para incentivo ao financiamento de seus clientes nas modalidades de financiamento de Vendor, Compras (*Floor Plan*) e CDC (Nota 17).

	Resultado							
	Depósitos a prazo		Divida subordinada		Administrativas		Provisão para outros créditos diversos	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Randon S.A. Implementos e Participações	(2.960)	(760)	(189)	(1.651)	(8.363)	(4.447)	(43)	(6)
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	-	-	(7)	(1)
RAR Corretora de Seguros Ltda	(54)	-	-	-	96	8	-	-
RAR Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	-	-	-	-	(3)	(4)	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	(13)	(75)	(25)	(9)
Fras-le S.A.	-	-	-	-	-	-	(23)	-
Freios Control Ltd.	-	-	-	-	-	-	(2)	(6)
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	-	-	-	-	(10)	(9)	(274)	(17)
Dramd Participações e Administração Ltda.	(211)	-	-	-	-	6	-	-
CNCS Indústria Metalúrgica Ltda.	-	-	-	-	-	-	(7)	-
Rasip Alimentos Ltda.	-	-	-	-	1	1	-	-
Conexo Serviços Digitais e Coworking Ltda.	-	-	-	-	(90)	-	-	-
Pessoas físicas	(1)	(32)	-	-	-	-	-	-
Total	(3.226)	(792)	(189)	(1.651)	(8.392)	(4.520)	(381)	(39)

	Resultado					
	Bônus por financiamento		Prestação de serviços		Outras receitas operacionais – Reversão provisão	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Randon S.A. Implementos e Participações	-	-	47	97	-	-
Randon Veiculos Ltda.	-	-	-	7	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	6	5	-	-
RAR Corretora de Seguros Ltda.	-	-	8	11	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	15	16	-	-
Fras-le S.A.	-	-	28	10	-	-
Freios Control Ltd.	-	-	7	4	-	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	-	-	27	3	-	-
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	3	-	-	-
Randon Messias Implem. Para o Transporte Ltda.	-	-	5	-	-	-
Fremax Sistemas Automotivos Eireli	-	-	2	-	-	-
Empresas Randon	28.129	18.641	-	-	11	5
Total	28.129	18.641	148	153	11	5

No Banco, as operações com partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos em contrato entre as partes. O acordo leva em consideração o prazo, o volume e a especificidade dos produtos negociados.

Na Administradora, as operações restringem-se à prestação de serviços administrativos, utilização de bens imóveis, valor de conta aplicação todos devidamente suportados por contratos entre as partes.

A Randon S.A. Implementos e Participações, não possui investimentos em cotas de grupos de consórcios mantidos pela Administradora em 31 de dezembro de 2021 (R\$192 em 31 de dezembro de 2020).

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração paga no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$2.786 (R\$2.616 em 31 de dezembro de 2020), referente a benefícios de curto prazo. Os benefícios de longo prazo em 31 de dezembro de 2021 são representados por R\$147 (R\$254 em 31 de dezembro de 2020) e referem-se ao plano de previdência, conforme descrito na Nota 29.

O Banco não disponibiliza benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

A Administradora não pagou rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

26. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro 2021 e 31 de dezembro de 2020 o Banco e a Administradora não possuem operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

27. Limite operacional (Acordo da Basileia)

As instituições financeiras são obrigadas a manter permanentemente capital (patrimônio de referência), compatível com os riscos de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2021 o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial foi de 12,22%, estando bastante superior ao mínimo exigido.

Segue abaixo o cálculo dos principais índices:

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência (PR)	233.366	229.654
Nível I (NI)	233.366	205.652
Capital Principal (CP)	233.366	205.652
Capital social	215.000	165.000
Reservas de capital	25.156	43.367
Lucros acumulados	-	-
Ganhos não realizados de ajuste de avaliação patrimonial	422	418
Perdas não realizadas de ajuste de avaliação patrimonial	-	-
Ajustes prudenciais	(7.212)	(3.133)
Capital complementar	-	-
Nível II (NII)	-	24.002
Dívida subordinada	-	24.002
Ativos ponderados pelo risco	1.909.911	1.328.242
Risco de crédito	1.503.938	968.177
Risco de mercado	1.584	4.707
Risco operacional	404.389	355.358
Risco de taxa de juros da carteira bancária	6.708	4.213
Margem de capital (*)	80.573	123.395
Índice de Basileia	12,22%	17,29%
Capital Nível I	12,22%	15,48%
Capital Principal	12,22%	15,48%

(*) Margem de capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

28. Estrutura de gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital

A área de riscos do Banco em atendimento as Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 4.327/14 e 4.557/17, destaca os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, de mercado, de crédito, de capital, de liquidez e socioambiental utilizados pelo Conglomerado. As tabelas do Relatório de Pilar 3, aplicáveis ao Conglomerado, encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico www.bancorandon.com.br.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde a possibilidade de perdas financeiras decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, adota-se políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter as exposições a níveis aceitáveis.

Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. As exposições de risco de mercado são mensuradas e administradas através da apuração do valor de risco relativo ao descasamento de taxas entre as operações ativas e as passivas, e da adoção de limites, políticas e controles de acordo com as estratégias de negócio da instituição.

Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Com a finalidade de gerir o risco operacional, a área responsável mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no acompanhamento da implementação dos planos de ação, além de mapear os eventos de perda. Para fins de alocação de capital em atendimento aos requisitos de Basileia, o Conglomerado utiliza para risco operacional a Abordagem do Indicador Básico conforme circular nº 3.640/13 do BACEN.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira de honrar suas obrigações. Diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, é monitorada a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez da Instituição, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios.

Risco Socioambiental

Entende-se por Risco Socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. Com o objetivo de mitigar a exposição a esse risco, foi criada a Política de Responsabilidade Socioambiental em atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.327/14, e incorporada a variável socioambiental em suas atividades e em seus negócios.

Gerenciamento do capital

O gerenciamento de Capital compreende o monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual o Conglomerado está sujeito. A estrutura de gerenciamento planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

29. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial são patrocinadoras de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida e um benefício mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às Empresas Randon, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um plano misto, pois conjuga características dos planos definidos e de contribuição definida.

O plano de previdência, gerido pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma entidade fechada de previdência complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira aos empregados das Empresas Randon.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício de 31 de dezembro de 2021 ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente. A obrigação atuarial no final do exercício de 2021 foi determinada, com base nos cálculos do atuário independente, utilizando-se o método da unidade de crédito projetada.

As contribuições efetuadas no período montaram R\$424 (R\$358 em 31 de dezembro de 2020). O montante a pagar das contribuições mensais à Randonprev em 31 de dezembro de 2021 é de R\$83 (R\$97 em 31 de dezembro de 2020), registrado na rubrica de "Outras obrigações".

30. Resultado não recorrente

No Banco, o resultado não recorrente corresponde a:

	31/12/2021 2º Semestre	31/12/2021 Exercício	31/12/2020 Exercício
Eventos não recorrentes			
Efeito da alteração de alíquota de CSLL	428	305	(545)
Resultado não recorrente	428	305	(545)

31. Eventos subsequentes

Em 02 de março de 2022, o Banco teve seu capital aumentado de R\$ 185.000 para R\$ 235.000, portanto um aumento de R\$ 50.000, integralizados em moeda corrente. O processo encontra-se em análise pelo Banco Central do Brasil.

Conselho de Administração

Presidente: Alexandre Randon

Vice-Presidente: Jaime Marchet

Conselheiro: Geraldo Santa Catharina

Diretoria

Diretor Superintendente: Joarez José Piccinini

Diretor Administrativo: Augusto Giongo Letti

Diretor Comercial: David José Teixeira Felix

Contadora

Renata Elisa Zini Gil - CRC/RS-073143/O-1